

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IREL)**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 2013**

**Discente: PAULO DE ÁVILA RITO**

**ARTIGO**

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL E  
A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL**

Brasília  
2013

PAULO DE ÁVILA RITO

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL E A  
POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL**

Artigo apresentado à Universidade de  
Brasília como requisito parcial para a  
conclusão da pós-graduação em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Maria Helena de Castro Santos

Brasília  
2013

## **RESUMO**

O Exército Brasileiro, por meio da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, formula e propõe a política para as atividades da Força Terrestre na área internacional; emite pareceres sobre as atividades na área internacional de interesse para a Instituição; propõe, planeja, organiza e conduz as negociações com Exércitos de Nações Amigas acerca das diversas atividades a serem executadas entre ambas as Forças e liga-se com o Ministério da Defesa e das Relações Exteriores no trato de questões relativas às suas atividades. Assim sendo, o autor analisa a atual política do Exército Brasileiro para as atividades na área internacional, ressalta a importância do estreitamento dessa política com a conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores e apresenta conclusões parciais e sugestões para o perfeito alinhamento das atividades do Exército com os rumos da Nação na área internacional.

Palavras-chave: Exército Brasileiro; Política; Área internacional.

## **RESEÑA**

El Ejército Brasileño, por medio de la Quinta Subcomisión del Estado Mayor del Ejército, formula y propone políticas para las actividades de la Fuerza Terrestre en el ámbito internacional; opina acerca de las actividades en el área de interés internacional a la institución; propone, planifica, organiza y dirige las negociaciones con los Ejércitos de Naciones Amigas en las diversas actividades que se realicen entre ambas fuerzas y se conecta con el Ministerio de defensa y el de Asuntos Exteriores en el tratamiento de cuestiones relacionadas con sus actividades. Así, el autor analiza la política actual del Ejército Brasileño para las actividades en el ámbito internacional, subraya la importancia de fortalecer esa política con las llevadas a cabo por el Ministerio de las Relaciones Exteriores y presenta conclusiones parciales y sugerencias para la perfecta alineación de las actividades del Ejército con la dirección de la Nación en el ámbito internacional.

Palabras llave: Ejército Brasileño; Política; Ámbito internacional.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de Missões de Paz e Humanitárias por Área Geográfica.....	23
Gráfico 2 - Quantidade de Atividades do EB em Viagem à Europa.....	25
Gráfico 3 - Quantidade de Atividades dos Exércitos Europeus no Brasil com o EB.....	25
Gráfico 4 - Quantidade de Atividades do EB em Viagem à Ásia.....	26
Gráfico 5 - Quantidade de Atividades dos Exércitos Asiáticos no Brasil com o EB.....	26
Gráfico 6 - Quantidade de Atividades do EB em Viagem à África.....	27
Gráfico 7 - Quantidade de Atividades dos Exércitos Africanos no Brasil com o EB.....	27
Gráfico 8 - Quantidade de Atividades do EB em Viagem à América do Sul.....	28
Gráfico 9 - Quantidade de Atividades dos Exércitos Sul-americanos no Brasil com o EB.....	28
Gráfico 10 - Quantidade de Atividades do EB em Viagem à América do Norte e Central.....	29
Gráfico 11 - Quantidade de Atividades dos Exércitos Norte e Centro-americanos no Brasil com o EB.....	29
Gráfico 12 - Evolução das Atividades do EB no Exterior.....	30
Gráfico 13 - Evolução das Atividades de Estrangeiros no EB.....	30
Gráfico 14 - Evolução Percentual das Atividades do EB no Exterior.....	31
Gráfico 15 - Evolução Percentual das Atividades de Estrangeiros no EB.....	31

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Missões de Paz e Humanitárias Encerradas.....	22
Quadro 2 - Missões de Paz e Humanitárias em Curso.....	23

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quantidade de Missões de Paz e Humanitárias por Área Geográfica.....	24
---	----

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL.....</b>	<b>9</b>
2.1	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC).....	9
2.2	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO LULA.....	11
2.3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO DILMA.....	15
<b>3</b>	<b>O EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÀREA INTERNACIONAL.....</b>	<b>17</b>
3.1	A DIRETRIZ PARA AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL.....	17
3.2	PRINCIPAIS CONTATOS ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO, O MINISTÉRIO DA DEFESA E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	21
3.3	PRINCIPAIS ATUAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL.....	22
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000, a América do Sul se afirma como plataforma preferencial do Brasil no âmbito internacional, ainda que a consideração da região não se configure em novidade dentro da Política Externa Brasileira (PEB) das últimas décadas.

De modo geral, a política externa do atual governo para a região não trouxe inovações, haja vista que nos últimos vinte anos todos os governos atribuíram grande prioridade à América do Sul e à integração regional.

O desafio ainda continua sendo a construção de um bloco sul-americano política, econômica e socialmente integrado. Portanto, iniciativas nas áreas da cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia, segurança, comércio, infraestrutura, turismo, entre outras, vêm sendo trabalhadas pelos governos recentes em um novo horizonte regional (COUTO, 2010).

No entanto, há diferenças significativas entre as estratégias para a política externa brasileira no governo atual e nos dois últimos governantes, dentre elas, a opção pelo multilateralismo regional no período Lula e a aproximação do país com o chamado entorno estratégico e com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Quando se foca em assuntos estratégicos de defesa, o instrumento legal mais atual é a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, a qual afirma que o Brasil rege suas relações internacionais pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, precisando, porém, estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das possíveis ameaças.

Dentre as diretrizes emitidas na própria END para alcançar seus objetivos propostos, na área internacional encontram-se o estímulo à integração da América do Sul e o preparo das Forças Armadas para o desempenho de responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz.

Coerente com as diretrizes, as ações estratégicas que orientam a operacionalização da END na área internacional são: a promoção do incremento da participação das Forças Armadas integrando Força de Paz da

ONU ou de organismos multilaterais da região e a contribuição para a estabilidade regional.

Neste trabalho, procurar-se-á identificar as características principais da Política Externa Brasileira nos períodos FHC, Lula e no atual governo, traçando um paralelo entre a Política Externa desses governos e as ações na área internacional das Forças Armadas, com foco no Exército Brasileiro (EB). Objetiva-se identificar a sistemática existente para as Atividades do EB na Área Internacional, explicitando os tipos de contato existentes entre o EB, o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), finalizando-se com uma análise e avaliação das possíveis aproximações e afastamentos das políticas do EB e desses Governos.

## **2 A POLITICA EXTERNA BRASILEIRA E AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL**

No âmbito da política externa brasileira, há inflexões importantes na transição do governo Cardoso para o de Lula e ao longo da afirmação da atual política externa. Concomitante a essas inflexões, as ações do EB na área internacional também são orientadas conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), vigente durante cada um desses governos.

Busca-se, então, a partir desse ponto, identificar as principais características de cada governo citado com a finalidade de se traçar um paralelo entre essa identidade e as ações do EB na área internacional.

### **2.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)**

A política externa do Brasil no período FHC seguiu os parâmetros tradicionais de pacifismo, respeito ao direito internacional, pragmatismo e defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção. Ao longo dos oito anos de mandato, procurou-se a substituição de uma agenda reativa da Política Externa Brasileira, dominada pela lógica da autonomia pela distância, que prevaleceu na maior parte do período da Guerra Fria, pela lógica da autonomia pela integração.

Sob essa nova ótica, o país passou a ter maior controle sobre seu destino pela participação ativa na elaboração das regras, normas e pautas de conduta da ordem mundial.

A reiteração de conceitos como o de *global trader*, a interpretação do Mercosul como plataforma prioritária de inserção competitiva do bloco no plano mundial; a idéia da possibilidade de integração com outros países e regiões representam o lado pragmático do paradigma renovado que permaneceria durante o governo FHC.

Incorporar o conceito de *global trader* significava que o Brasil tinha interesses globais e assim poderia assumir posições e agendas diversificadas, buscando mercados e relações sem vincular-se a um único parceiro.

O universalismo já fazia parte da política externa brasileira. Sua atualização significava a diversificação das relações externas, agregando a elas a vertente regionalista. O que vimos na gestão FHC foi a consolidação de uma política já praticada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco, pela qual o Mercosul seria prioritário na agenda brasileira por constituir uma proposta inédita na América do Sul e, ao mesmo tempo, ter caráter de regionalismo aberto, sem exclusão de outros parceiros.

No seu discurso de posse, FHC afirmou a necessidade de mudanças que garantissem uma participação mais ativa do Brasil no mundo, destacando o objetivo de influenciar o desenho da nova ordem e a necessidade de atualizar o discurso e a ação externa brasileira. O Ministro das Relações Exteriores à época, L. F. Lampreia, complementa afirmando que o país soube fazer as alterações de política que melhor respondiam às mudanças em curso no mundo, no continente e no próprio país. Tais alterações deveriam se dar por meio da promoção do país e de sua completa adesão aos regimes internacionais, possibilitando a convergência da política externa brasileira com tendências mundiais, evitando, assim, o seu isolamento diante do *mainstream* internacional (VIGEVANI, 2013).

Essa forma de inserção internacional foi aprofundada ao longo dos dois mandatos de FHC. Buscou-se efetivá-la através de uma participação construtiva e propositiva no que tange aos assuntos da nova agenda internacional: meio ambiente, direitos humanos, não proliferação nuclear, integração regional na América do Sul, respeito à democracia. Isso teve

consequências concretas, por exemplo, nas atuações concertadas contra diferentes tentativas de rompimento institucional no Paraguai e também na Venezuela e na procura, também concertada, da resolução do conflito entre Equador e Peru (VIGEVANI, 2004).

Sendo assim, a política externa no período FHC teve como eixo central a retórica do fortalecimento do Mercosul e, sobretudo no segundo mandato, as relações com a América do Sul. Nos temas da agenda que se mantiveram constantemente presentes, haveria fortalecimento da capacidade negociadora do país se o pressuposto da consolidação do Mercosul e a maior integração sul-americana pudessem se efetivar. A ação brasileira deu-se em inúmeros cenários, mostrando uma perspectiva multifacetada, ainda que a importância de cada tema fosse profundamente distinta. Tiveram maior ou menor destaque: o acordo de livre comércio com a União Europeia; a integração hemisférica e negociações da Alca; a ampliação das relações bilaterais com parceiros importantes, como China, Japão, Índia, Rússia, África do Sul; e questões como a não-proliferação nuclear, o desarmamento, o avanço do terrorismo, a candidatura a uma vaga permanente no Conselho de Segurança, a relação com Portugal e com os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dentre outros (VIGEVANI, 2003).

## 2.2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO LULA

A agenda internacional no governo Lula tem sido avaliada diferentemente pelos acadêmicos brasileiros. Os analistas de política externa brasileira identificam pelo menos três agendas que, embora distintas, funcionaram de maneira compatível, conforme abaixo.

A primeira seria a agenda tradicional, relacionada aos objetivos tradicionais buscados pela diplomacia brasileira, como por exemplo, a relativa independência dos EUA e a busca por um ambiente externo favorável ao crescimento e à estabilidade da economia brasileira. A agenda seguinte é fruto de escolhas pessoais de Lula e estaria ligada à busca de um protagonismo no plano internacional, o que levaria ao fortalecimento da liderança doméstica do Presidente da República. Por fim, aponta-se uma agenda ideológica, pela qual a ascensão de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao poder deveria estar vinculada à utilização da diplomacia como instrumento para influenciar a nova

ordem mundial, de forma a superar o atual processo de globalização e seu principal propulsor, a supremacia global americana (ALBUQUERQUE, 2005).

Outros analistas sustentam que o ponto distintivo da chegada ao poder do governo Lula em janeiro de 2003 foi a mudança na PEB, simbolizada pela incorporação de uma agenda social na política externa e também pela adoção de uma postura mais assertiva em relação à reforma de instituições multilaterais (SOARES DE LIMA & HIRST, 2006).

Outros analistas, no entanto, defendem que não houve uma ruptura em termos de política externa entre os governos FHC e Lula, uma vez que o último deu continuidade a algumas iniciativas já tomadas na administração do primeiro, com algumas alterações nas metas, de forma que os dois governos, apesar de representarem tradições diplomáticas distintas, mantiveram dois objetivos em comum: a busca pelo desenvolvimento econômico e a autonomia (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Esse modelo de autonomia seguido pela política externa do governo Lula foi definido como “autonomia pela diversificação”, que pode ser entendida como:

“A adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc...), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com os países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Uma diferença significativa entre os governos FHC e Lula é em relação ao multilateralismo. Enquanto o governo FHC enfatiza obediência às regras internacionais, o governo Lula dá ênfase à tentativa de participação ativa na produção dessas regras. (CERVO, 2008).

Segundo os analistas que acreditam em um ponto de inflexão entre a política externa de FHC e Lula, durante o governo deste último, a escolha da América do Sul pode ser identificada como ponto de partida para uma nova inserção internacional do país, acarretando, assim, uma mudança no posicionamento brasileiro. Esta mudança envolve uma ênfase no aspecto político da integração, com a busca do fortalecimento da região como polo alternativo de poder em um mundo unipolar. Dentre as mudanças no posicionamento brasileiro, destaca-se, em primeiro lugar, um envolvimento na resolução de crises regionais como forma de manter afastada a presença dos

Estados Unidos, e, em segundo, uma ênfase na integração produtiva e física da região (SOARES DE LIMA, 2007).

Além da aproximação regional, o governo Lula consolidou a postura de procurar aproximação com países que possuem o mesmo perfil e que compartilham interesses comuns aos do Brasil.

De fato, o interesse comum na reforma do Conselho de Segurança da ONU levou ao estabelecimento do G-4, iniciativa de cooperação que reúne Brasil, Alemanha, Índia e Japão, cuja reivindicação inicial em relação ao tema ainda não obteve frutos.

Diversas outras iniciativas de parcerias foram tentadas no período, entre elas, o fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), criado em 2003, e a iniciativa do fórum integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), cuja primeira reunião oficial ocorreu em 2009.

A África se constituiu em prioridade do governo Lula, que realizou diversas visitas oficiais ao continente e abriu 13 novas embaixadas em países africanos. No entanto, a região tem sido alvo histórico do interesse da diplomacia brasileira pela proximidade cultural, pela contribuição da matriz africana à formação do povo brasileiro e pela proximidade linguística, pelo interesse comercial em buscar novos mercados e oportunidades para as empresas e produtos brasileiros, ou até mesmo, pelo interesse em garantir a segurança de um ambiente geográfico comum, o Atlântico Sul. Durante o governo Lula, além desses fatores, a aproximação foi motivada pelo reconhecimento da importância do peso do continente africano dentro de fóruns multilaterais (54 dos 192 membros da ONU são países africanos), pelo interesse de estabelecer alianças (como ilustrado pela Cúpula América do Sul-África 10) e também pelo reconhecimento de uma dívida histórica do Brasil para com o continente, ilustrada no discurso do presidente Lula na Ilha de Goreé, no Senegal, em 2005, em que pediu perdão pela escravidão<sup>1</sup>.

Em relação aos países desenvolvidos, o Brasil participa do G-20 nos principais fóruns de negociação internacional, particularmente na área econômica, sendo também incluído pelos membros do G-8 no chamado *Outreach-Five*, um grupo de países em desenvolvimento do qual ainda fazem parte China, Índia, México e África do Sul, além de ter procurado se aproximar mais do G-8 desde 2005.

1. "Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Ilha de Goreé, Senegal, no dia 14 de abril de 2005", Resenha de Política Exterior do Brasil, a.32, n.96, 1º semestre de 2005, p. 117-188.

Em se tratando da Europa, em julho de 2007, Brasil e União Europeia estabeleceram uma parceria estratégica manifestando o interesse em promover maior cooperação política. As áreas de interesse comuns mais importantes foram a reforma da ONU, combate aos efeitos das mudanças climáticas, produção e comércio de agrocombustíveis e aumento do comércio bilateral. Especificamente em relação à Alemanha, o governo Lula deu continuidade aos esforços de cooperação iniciados no governo anterior, nesse caso por meio do Plano de Ação do governo, que estabeleceu uma parceria estratégica com aquele país, em fevereiro de 2002. Além dos interesses comuns, como a reforma do Conselho de Segurança e os agrocombustíveis, a Alemanha é o principal parceiro econômico do Brasil na Europa (FERES, 2010). Uma parceria estratégica foi estabelecida também entre o Brasil e a França, em 2006 e consolidada em 2008, sendo o principal interesse de cooperação daquele país o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear brasileiro.

Em relação aos Estados Unidos, apesar do fim do governo Bush e do início do governo Obama conferir novas diretrizes para a relação bilateral, algumas diferenças de posicionamento, ilustradas pela crise em Honduras e pela presença norte-americana na Colômbia, demonstraram que essa relação não se constituiu como o eixo central da política externa brasileira. Porém permaneceu, ainda assim, bastante cordial devido aos inúmeros interesses econômicos, aliado às novas agendas de cooperação quanto ao comércio de agrocombustíveis e à possibilidade de reincorporação de Cuba ao sistema interamericano, através de intermediação brasileira (HURRELL, 2010).

Dentre as contribuições brasileiras à comunidade internacional durante o governo Lula, merece destaque a atuação na MINUSTAH, cuja liderança do componente militar na missão no Haiti encontra-se a cargo do Exército Brasileiro desde 2004. Apesar da liderança na missão não qualificar automaticamente o país para assumir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o seu envolvimento permite que o Brasil tenha maior participação nas discussões sobre planejamento e formulação das missões de paz, desempenhando funções como proteção de civis, ajuda humanitária e

reforma das instituições estatais. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o Brasil reforçou seu compromisso com o Haiti, dobrando o contingente brasileiro na MINUSTAH (totalizando 2.400 homens) e tornando-se um dos primeiros países a desembolsar os recursos prometidos para o processo de reconstrução daquela Nação Amiga.

O Governo brasileiro gastou, pelo menos, R\$ 6,6 bilhões em cooperação internacional de 2005 a 2010. Até o final da década de 90, o Brasil era um tradicional receptor de ajuda externa. Nos anos 2000, porém, passou à condição de fornecedor de recursos com a chamada “política Sul-Sul”, com foco nos países em desenvolvimento. O maior aumento ocorreu nas despesas com operações de manutenção de paz (ROSSI, 2013).

Internamente, o governo Lula contribuiu no avanço da incorporação das Forças Armadas à política externa brasileira com o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, fazendo o país refletir sobre o papel que pretende desempenhar no sistema internacional. Os impactos poderão ser sentidos no aumento da cooperação militar e de defesa na América do Sul e nos países de língua portuguesa e no interesse em um maior envolvimento do país em missões de assistência humanitária e operações de manutenção da paz.

Enfim, a adoção do princípio da não interferência e a atuação por intermédio da chamada diplomacia solidária são as principais ideias assumidas pelo governo Lula na área internacional. Entretanto, o interesse em um maior protagonismo na cena internacional irá fazer com que a comunidade internacional exija do Brasil o cumprimento das suas capacidades. Está é a principal lição que deve ser tomada em relação aos oito anos de diplomacia brasileira durante o governo Lula.

### 2.3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO DILMA

No início do seu mandato, a presidente Dilma enfrentou um contexto externo muito menos otimista do que aquele que contribuiu para o bom desempenho da economia brasileira durante os dois governos Lula. O ambiente internacional encontrado estava dominado por acusações de manipulação das taxas de câmbio, condução imprudente das políticas monetárias e incertezas quanto à dinâmica das economias desenvolvidas.



Ganharam destaque na agenda externa, no início do governo Dilma, as relações com a China, que é vista tanto como ameaça como oportunidade, pois a crescente importação de produtos chineses, em detrimento da exportação de *comodities* brasileiros, acirrou os debates para a necessidade de o Brasil desenvolver uma estratégia consistente para lidar com o fenômeno chinês.

O discurso de posse de Dilma indicava que as ações brasileiras no exterior seriam mais pragmáticas e menos ideológicas, menos protagonicas e mais cautelosas. No entanto, a política externa do governo Dilma tem seguido fielmente as linhas mestras do governo Lula, com a continuação da ênfase nos países em desenvolvimento, na busca por autonomia em relação aos países desenvolvidos e em um maior protagonismo internacional.

Aparentemente, a política externa de Dilma é mais cautelosa e cuidadosa, dando a impressão, por vezes, de estar em uma posição de imobilidade. O Brasil tem mostrado menor presença global que no governo anterior e se colocado em uma posição mais defensiva diante do Norte, particularmente, dos EUA. Vêm sendo nítidos os traços de continuidade em termos de princípios e valores – como o foco nas relações Sul-Sul – ressaltando-se as diferenças no sentido estratégico de realização da agenda internacional, que vem sendo perseguida com menor intensidade e baixo perfil (OJEDA, 2013).

Para ilustrar esse baixo perfil, não confundindo com falta de firmeza, pode-se citar a articulação brasileira para a suspensão do Paraguai da UNASUL e do MERCOSUL e a aprovação da Venezuela neste último bloco.

A falta de mudanças significativas de conteúdo na atual diplomacia evidencia a intenção de se evitar novos focos de polêmica, como foi a condução política no caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina, onde o encarregado de negócios da Embaixada em La Paz Eduardo Saboia coordenou a retirada do senador daquela Nação Amiga para o Brasil em agosto de 2013. Outro exemplo é a fraca atuação do governo no caso das denúncias de espionagem dos EUA em órgãos brasileiros como a Petrobrás, divulgadas nos documentos vazados pelo ex-agente norte americano Edward Snowden, em setembro de 2013.

Em comparação ao período Lula, o Brasil retrocedeu no cenário internacional e na liderança perante a América Latina, principalmente pelo estilo mais discreto e menos eloquente da atual governante (COUTO, 2013).

Tendo em vista a continuidade explicitada na campanha eleitoral, na delegação dos principais nomes do governo e na ideologia partidária, o Brasil vem seguindo os rumos da política externa implementada pelo governante anterior. A política externa, entretanto, seguirá em segundo plano, porque a prioridade atual de Dilma é a crise econômica e a forte desaceleração da economia, os grandes protestos contra a corrupção, a má qualidade dos serviços públicos que prejudicam a popularidade da governante e, claro, a reeleição em 2014.

Contudo, deve-se ressaltar que novos momentos geram novos desafios, os contextos internacionais mudam e surgem novos cenários. O Brasil vem continuamente evoluindo seus índices econômicos e sociais e deverá assumir posições mais explícitas no cenário internacional na medida em que esta mesma comunidade perceba no país suas potencialidades e seus pontos fortes.

### **CAPITULO 3: O EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL**

#### **3.1 A DIRETRIZ PARA AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL**

O Exército Brasileiro (EB), por intermédio do seu Estado-Maior (EME), periodicamente atualiza sua Diretriz para as Atividades do EB na Área Internacional (DAEBAI) como forma de balizar as ações e os planejamentos de todos os participantes do EB nos processos que buscam a eficácia das atividades direcionadas à área internacional.

A DAEBAI deve ser continuamente avaliada e ajustada face às mudanças de tendências conjunturais que influenciam a avaliação da PEB, as orientações do MD e o levantamento dos interesses específicos do EB.

A DAEBAI é formulada tendo como base os princípios gerais de atuação do Estado Brasileiro, são eles: A unidade de ação na PEB, onde as atividades do EB na área internacional devem estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa; o respeito aos acordos, por sua vez, determina que as ações do EB na área internacional estarão alinhadas com os acordos e compromissos internacionais ratificados pela Presidência da República e promulgados internamente; a integração e coordenação de esforços, que o EB procura atender responsabilizando o Estado Maior do

Exército (EME) como órgão de coordenação de todas as atividades a serem desenvolvidas no exterior; e a eficácia judiciosa dos meios, que orienta a destinação dos recursos envolvidos em função dos objetivos e áreas geográficas de maior interesse da Instituição (DAEBAL, 2013).

Esta diretriz, que vem sendo emitida desde o ano de 2003, é fundamentada em marcos legais, cujos principais são a Constituição Federal de 1988 (CF/88); o Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, que aprova a Política de Defesa Nacional (PDN); o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END); a Portaria nº 400/SPEAI/MD - Confidencial, de 21 de setembro de 2005, Política Militar de Defesa (PMD); a Portaria nº 578/SPEAI/MD - Confidencial, de 27 de dezembro de 2006, Estratégia Militar de Defesa (EMD) e as Diretrizes do Comandante do Exército para o período considerado, no caso mais atual, o quadriênio 2011-2014.

O artigo 4º da CF/88 estabelece a autodeterminação dos povos, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade como princípios básicos que orientam as ações do Estado no âmbito internacional. Além disso, destaca a prioridade que o país deve buscar na integração dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (CF, 2013).

Como vimos no capítulo anterior, em linhas gerais, a Política Externa Brasileira, nos últimos anos, sofreu alterações que influenciaram no modo de execução das ações do Estado no exterior, buscando a lógica da autonomia pela integração, durante o mandato FHC; o não alinhamento com os EUA e a agenda ideológica do período Lula; e a ênfase nos países em desenvolvimento, a busca por autonomia em relação aos países desenvolvidos e a tentativa de se aumentar o protagonismo internacional no atual governo Dilma, mesmo que de maneira mais acanhada que no governo Lula.

A apreciação da PEB permite levantar as áreas estratégicas de maior interesse ao Estado Brasileiro, sejam elas geográficas ou de atividades. Para estar alinhado com a PEB, o EB deverá estar preparado para atuar em todo o espectro das relações internacionais, ou seja, da situação de paz estável à de guerra, isoladamente ou em conjunto, integrando ou não força multinacional (DAEBAL, 2013).

Ainda buscando o alinhamento da DAEBAI com os marcos legais citados, a PDN estabelece como objetivos da Defesa Nacional na área internacional a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; a promoção da estabilidade regional; a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais e a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios, os quais, por sua vez, também orientam os Objetivos Estratégicos do EB (PDN, 2013).

Nas relações bilaterais, a PDN define a América do Sul e o Atlântico Sul como ambientes prioritários. Aponta para a intensificação da cooperação com os países africanos do chamado entorno estratégico, ou seja, a África lindeira e os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Prevê a manutenção dos laços de cooperação com os tradicionais países e blocos da América do Norte e Europa quando se trata, principalmente, da área de troca de conhecimentos e, finalmente, determina a busca de novas parcerias estratégicas na Ásia e Oceania com o intuito de ampliar as oportunidades de intercâmbio e geração de confiança na área de defesa (PDN, 2013).

Por sua vez, a Estratégia Nacional de Defesa reafirma o estreitamento da cooperação com os países da América do Sul e entorno estratégico brasileiro. (END, 2013)

A Política Militar de Defesa, documento cuja classificação sigilosa somente permite acesso por pessoas credenciadas junto ao MD, também se alinha com os demais instrumentos legais, listando o incremento do relacionamento com o entorno estratégico e com a CPLP, além da ampliação da capacidade das Forças Armadas para participar de operações de paz e de ajuda humanitária.

A Estratégia Militar de Defesa, documento também cuja classificação sigilosa somente permite acesso por pessoas credenciadas junto ao MD, seguindo o que preconiza a PMD, orienta os planejamentos das Forças Armadas para a ampliação dos intercâmbios, acordos de cooperação e operações conjuntas, entre outras ações, com as Forças Armadas das nações amigas. Além disso, concebe a atuação visando o estabelecimento e manutenção de representantes militares junto aos órgãos internacionais de planejamento e supervisão das operações de paz e humanitárias.

O Ministério da Defesa, como órgão central do país responsável pelo relacionamento na área de defesa, emite diretrizes para que as ações do Ministério e das Forças Singulares ocorram de maneira sinérgica, integrada e cooperativa, a fim de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponibilizados.

Mediante a observação de todos esses marcos legais, a diretriz do MD e os interesses das Nações Amigas junto ao EB, os formuladores estratégicos do EB têm condição de avaliar a influência desses fatores sobre as necessidades da Força, favorecendo a adoção da decisão mais oportuna do uso dos instrumentos da diplomacia militar.

Face à escassez dos recursos humanos, materiais e orçamentários, esta Diretriz estabelece prioridades de 1 a 4 no atendimento a compromissos internacionais, conforme segue (DAEBAI, 2013):

- prioridade 1: acordos internacionais assumidos;
- prioridade 2: entendimentos resultantes da Conferência dos Exércitos Americanos, de Reuniões Bilaterais ou Multilaterais no âmbito do MD e das Conferências Bilaterais de Estado-Maior;
- prioridade 3: os entendimentos resultantes das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar e Reunião de Coordenação Militar, que são realizadas anualmente com os Exércitos de todos os países com que o Brasil faz fronteira;
- prioridade 4: intercâmbios, cursos, estágios, viagens, visitas e representações não contempladas nas prioridades anteriores.

A intenção maior do EB com essas atividades é marcar a presença seletiva da Força no cenário internacional, buscando novos conhecimentos e experiências; cultivando as relações de amizade, de confiança e de reciprocidade com os Exércitos de Nações Amigas; e atender aos convites formulados ao EB, considerando o princípio da reciprocidade, desde que avaliado oportuno e pertinente (DAEBAI, 2013).

O direcionamento desse esforço considera os marcos legais citados anteriormente e a diretriz do Comandante do Exército para o período 2011 – 2014 e também prioriza de 1 a 6 as áreas geográficas do globo:

- prioridade 1: América do Sul;
- prioridade 2: África-Austral, CPLP e entorno estratégico;
- prioridade 3: EUA, Canadá e Europa;

- prioridade 4: México e América Central;
- prioridade 5: Ásia-Oriente Próximo e Médio; e
- prioridade 6: Ásia-Pacífico (DAEBAI, 2013).

Desta forma, as atividades do EB na área internacional são orientadas pela Diretriz em tela para uma aplicação judiciosa e eficaz dos recursos disponibilizados pelo governo e, em última análise, pela sociedade brasileira.

### 3.2 PRINCIPAIS CONTATOS ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO, O MINISTÉRIO DA DEFESA E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A estrutura do EB concentra a coordenação e o controle das atividades da área internacional na 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (5ª SCh/EME), que, por sua vez, é o Órgão de Direção Geral da Força, responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, planejamento estratégico e orientação do preparo e emprego da Força Terrestre, cuja subordinação se dá diretamente ao Comandante da Força (EME, 2013).

Esta Subchefia é a responsável por realizar os contatos com o Ministério da Defesa, por intermédio da Subchefia de Assuntos Internacionais, ligada ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o braço estritamente militar do Ministério, pela Chefia de Assuntos Estratégicos. O organograma do MD pode ser visto no site do Ministério, cujo endereço pode ser encontrado nas referências deste artigo (MD, 2013).

A principal estrutura em funcionamento no MRE com a qual o EB necessita realizar contatos de coordenação de atividades é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), particularmente quanto ao apoio financeiro a estrangeiros em atividades de ensino junto ao EB sem o qual, inviabilizaria o envio destes militares por parte de países como Suriname, Guiana, Equador, Bolívia, Paraguai, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, entre outros.

Devido à estrutura verticalizada adotada pelas Forças Armadas Brasileiras, o MD é o órgão responsável pela coordenação e, portanto, contatos junto ao MRE e ao PNUD; no entanto, existe o canal de comunicação da 5ª SCh/EME diretamente com a Coordenação da Cooperação Sul – Sul, para propiciar agilidade e tempestividade nas informações mais pertinentes. No site

do PNUD Brasil, disponível nas referências deste artigo, pode-se visualizar a sua estrutura organizacional (PNUD, 2013).

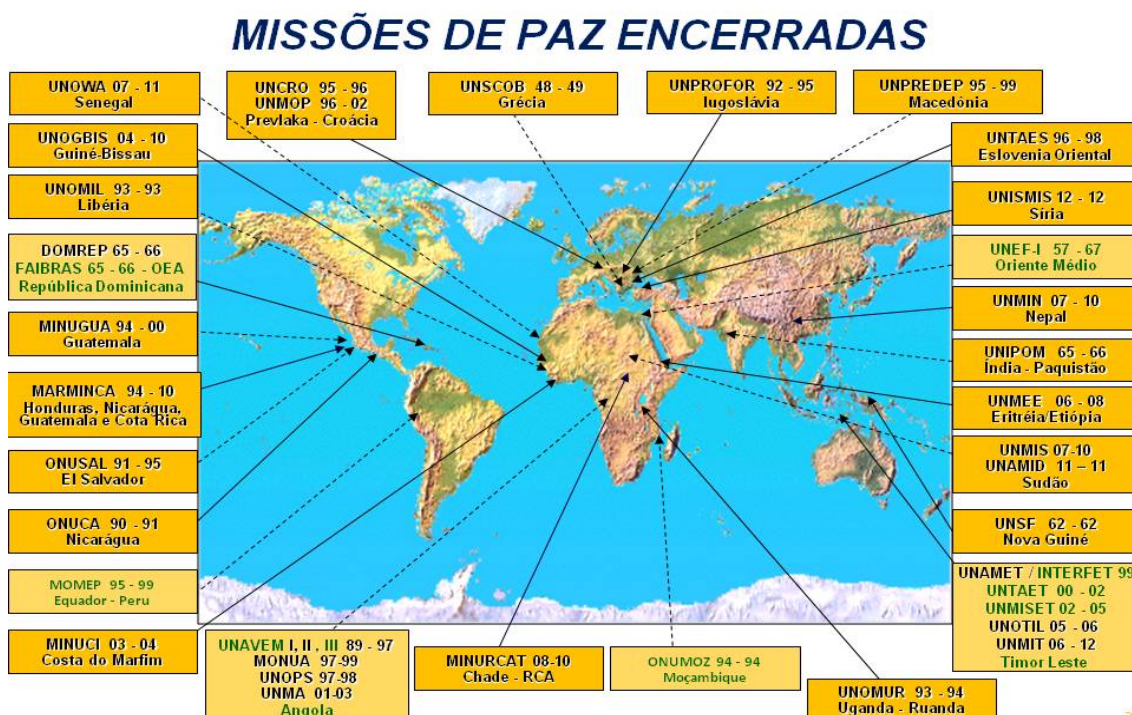
### 3.3 PRINCIPAIS ATUAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL

Após a análise da Política Externa Brasileira nos últimos governos e dos instrumentos que orientam as atividades do EB na área internacional, procurando oferecer um rumo que busque, de certa maneira, um alinhamento da PEB com essas ações, resta a análise das ações concretas que o EB tem executado recentemente, o que será visto adiante.

Inicialmente, esta análise recairá sobre a Orientação para a Ação da DAEBAI, que prioriza os compromissos internacionais assumidos, cujo principal é o atendimento às solicitações da ONU para este tipo de atividade.

O quadro a seguir indicará as principais Missões de Paz sob a égide da ONU que o EB participou no final do século passado e no início deste e que se encontram encerradas. O nome da missão aparece seguido dos anos em que elas ocorreram e o país onde tiveram lugar.

Quadro Nr1 – Missões de Paz e Humanitárias Encerradas

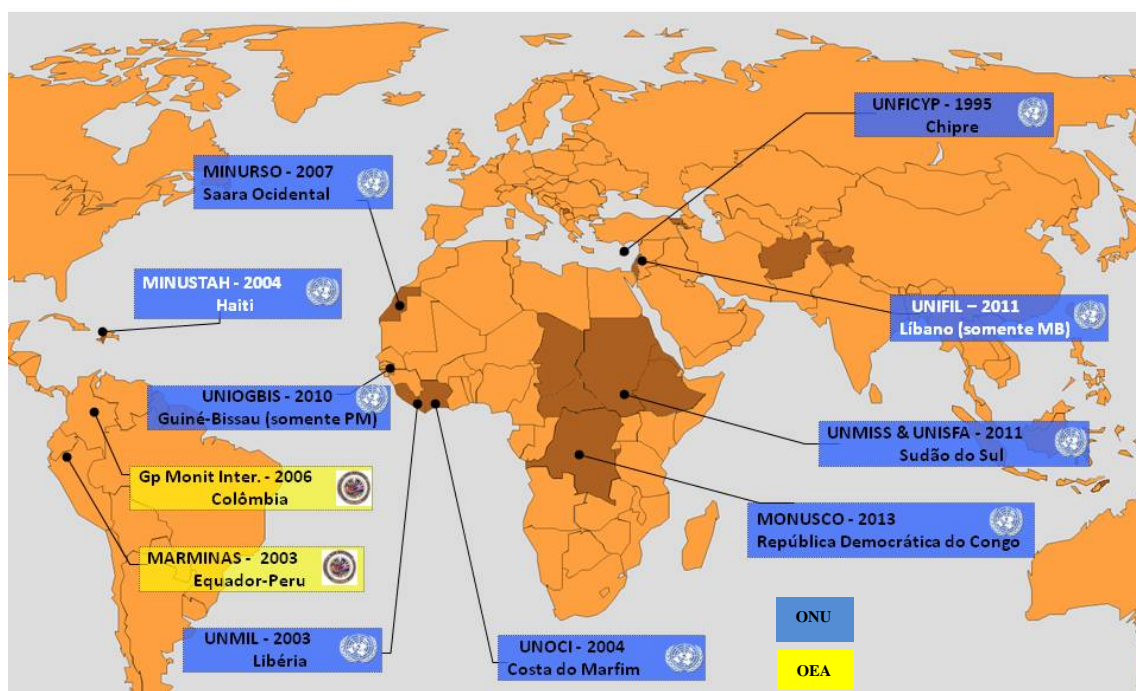


Fonte: o autor

A seguir, identificam-se as Missões de Paz sob a égide da ONU em curso. O nome da missão aparece seguido do ano em que ela teve início e o país onde a missão está instalada.

Quadro Nr 2 – Missões de Paz e Humanitárias em Curso

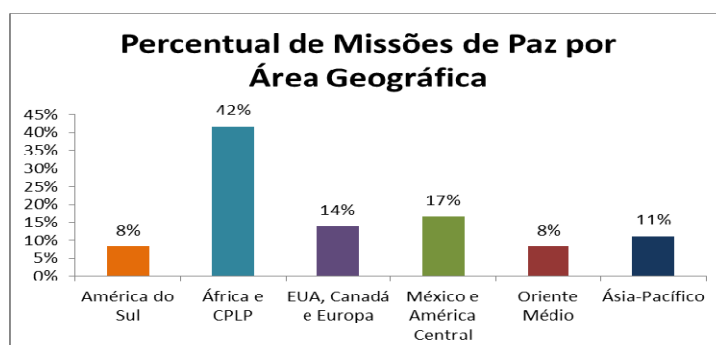
## MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS EM CURSO



Fonte: o autor

O gráfico a seguir resume, em porcentagem, os dois quadros acima:

Gráfico Nr 1 – Percentual de Missões de Paz e Humanitárias por Área Geográfica



Fonte: o autor

Esta tabela a seguir resume, quantitativamente, os dois quadros acima:



Tabela Nr 1 – Quantidade de Missões de Paz e Humanitárias por Área Geográfica

Quantidade de Missões de Paz e Humanitárias por Área Geográfica						
América do Sul	África e CPLP	EUA, Canadá e Europa	México e América Central	Oriente Médio	Ásia-Pacífico	total
3	15	5	6	3	4	36

Fonte: o autor

Das 36 (trinta e seis) missões de paz e humanitárias demonstradas, encontram-se ativas ainda 09 (nove) missões. Destas, a MINUSTAH, no Haiti (América Central) é quantitativamente a que consome a maior soma de recursos humanos, financeiros e material do EB.

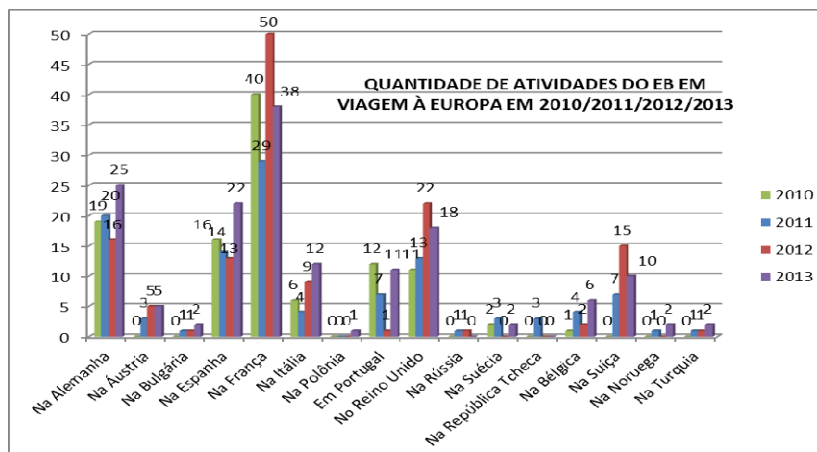
Pela quantidade e análise percentual de missões desta natureza, percebe-se que o EB vem atuando em todas as regiões do planeta; com ênfase no continente africano. De qualquer maneira, identifica-se a presença do EB ao redor do globo, auxiliando o objetivo da PEB de aumentar o protagonismo do país junto à comunidade internacional.

Feita essa análise sob o viés das Orientações para a Ação da DAEBAI, cuja prioridade Nr 1 conduz para o atendimento às solicitações da ONU para que o país participe em Missões de Paz, independente da região do globo, passa-se à análise das atividades do EB sob o viés do Foco do Esforço, em que as áreas geográficas do planeta crescem de importância, como visto anteriormente.

Neste sentido, procurou-se demonstrar em gráficos o quantitativo de atividades que o EB realiza com exércitos de nações amigas e vice-versa. Estas atividades tanto podem ser cursos e estágios realizados no exterior e aqueles ministrados em Unidades Militares e Escolas do EB com a participação de estrangeiros, quanto visitas, conferências, reuniões, intercâmbios e operações realizados no exterior ou no Brasil, identificando em números e em porcentagem as áreas geográficas onde o EB vem atuando durante os anos de 2010 a 2013.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares do EB que realizou alguma atividade em continente europeu nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 2 – Quantidade de Atividades do EB em Viagem à Europa

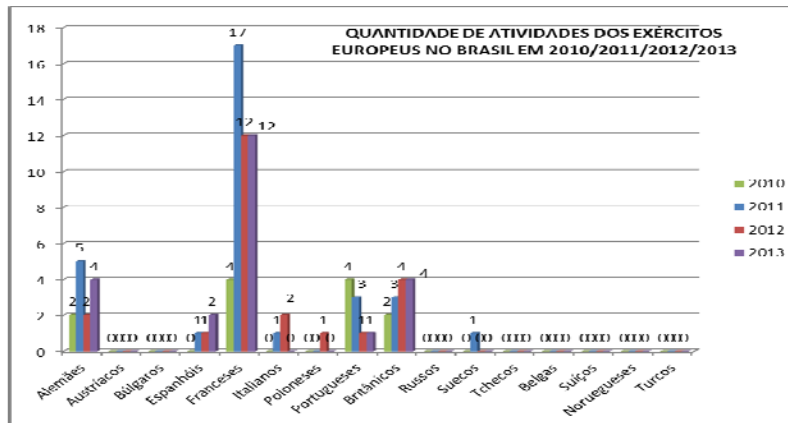


Fonte: o autor

Estes militares brasileiros vão à Europa em atividades diversas, sendo a maioria cursos, estágios, participação em conferências, feiras de produtos de defesa e intercâmbios com outros exércitos.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares europeus que realizou alguma atividade em solo brasileiro com o EB nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 3 – Quantidade de Atividades dos Exércitos Europeus no Brasil com o EB

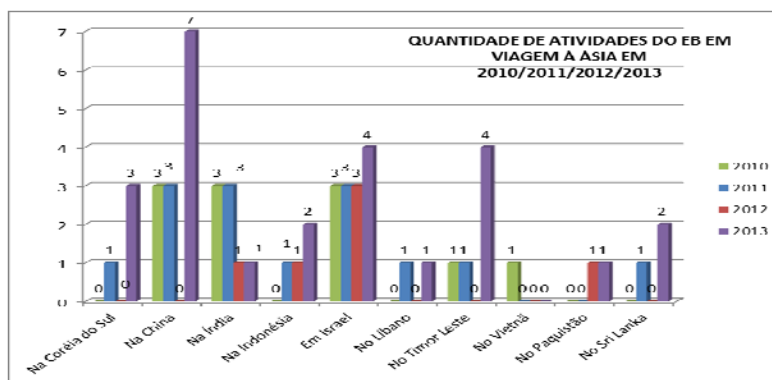


Fonte: o autor

A maioria destes exércitos europeus busca o EB para a realização de intercâmbios diversos, seminários e reuniões doutrinárias.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares do EB que realizou alguma atividade no continente asiático nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 4 – Quantidade de Atividades do EB em Viagem à Ásia

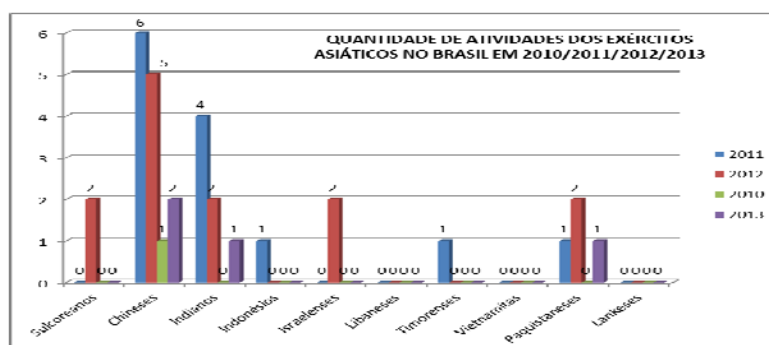


Fonte: o autor

Seminários, conferências e simpósios, reuniões, congressos, workshops e visitas são as atividades mais realizadas com os exércitos destes países.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares asiáticos que realizou alguma atividade em solo brasileiro com o EB nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 5 – Quantidade de Atividades dos Exércitos Asiáticos no Brasil com o EB

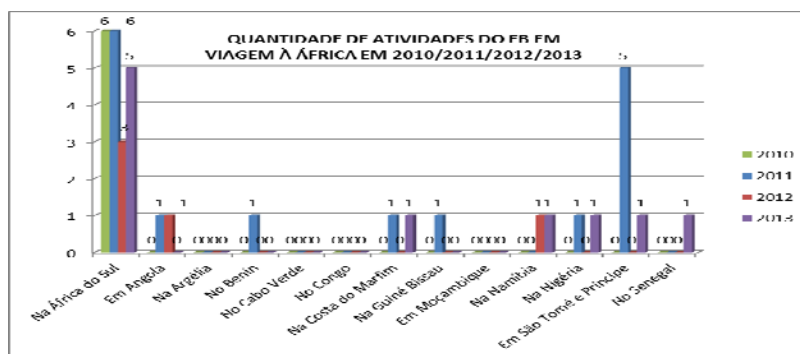


Fonte: o autor

Os militares destas nações buscam o EB para realização, principalmente, de cursos e estágios seguido de visitas diversas.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares do EB que realizou alguma atividade no continente africano nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 6 – Quantidade de Atividades do EB em Viagem à África

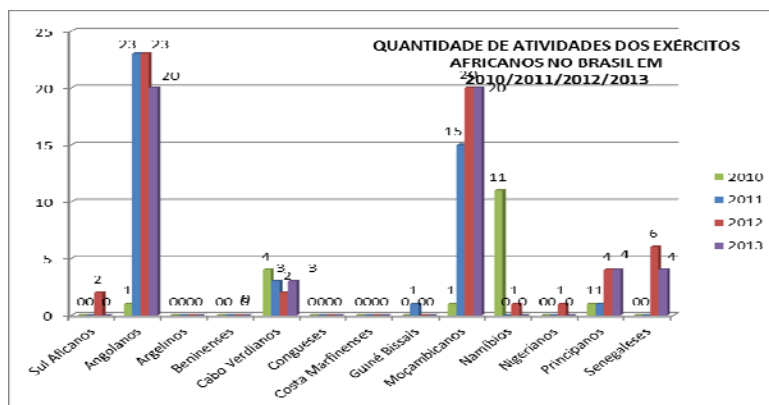


Fonte: o autor

Os militares do EB se deslocam ao continente africano para a realização de intercâmbios, grupos de trabalho, visitas diversas e cooperação técnica.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares africanos que realizou alguma atividade em solo brasileiro com o EB nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 7 – Quantidade de Atividades dos Exércitos Africanos no Brasil com o EB

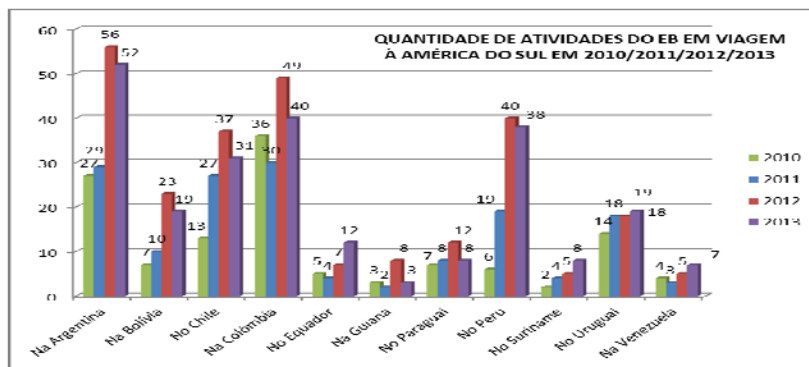


Fonte: o autor

A maioria destes militares africanos realizaram cursos e estágios no Brasil a cargo do EB.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares do EB que realizou alguma atividade na América do Sul nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 8 – Quantidade de Atividades do EB em Viagem à América do Sul

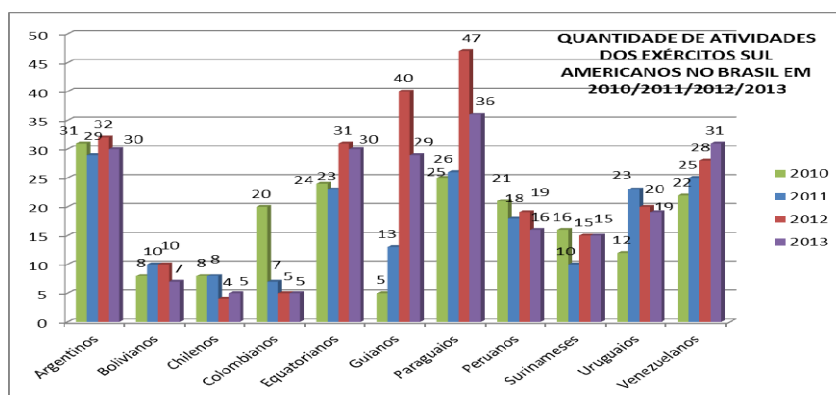


Fonte: o autor

Os militares do EB buscam a realização de cursos e estágios, intercâmbios diversos, visitas, reuniões, operações conjuntas, seminários e conferências com os exércitos dos países da América do Sul.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares sul-americanos que realizou alguma atividade em solo brasileiro com o EB nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 9 – Quantidade de Atividades dos Exércitos Sul-americanos no Brasil com o EB

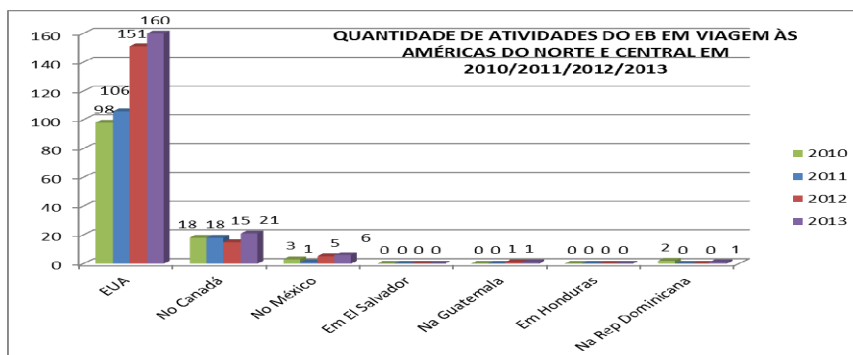


Fonte: o autor

Militares dos exércitos sul-americanos buscam o EB para a realização de cursos e estágios, na sua maioria, seguido de atividades como intercâmbios, reuniões doutrinárias, visitas, seminários e conferências.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares do EB que realizou alguma atividade na América do Norte e Central nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 10 – Quantidade de Atividades do EB em Viagem à América do Norte e Central

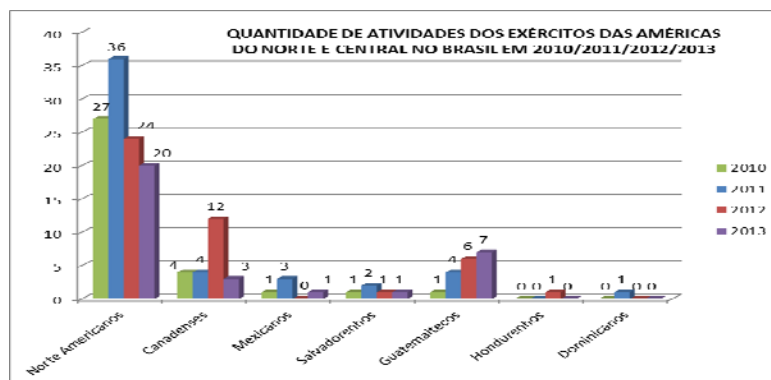


Fonte: o autor

Os militares do EB realizam, na América do Norte e Central, a maioria das suas atividades com o Exército dos EUA, buscando principalmente aprimoramento na área profissional, com a realização de cursos e estágios, conferências e seminários, workshops, simpósios, intercâmbios e visitas técnicas a órgãos das Forças Armadas Norte-americanas.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de militares norte e centro-americanos que realizou alguma atividade em solo brasileiro com o EB nos anos de 2010 a 2013:

Gráfico Nr 11 – Quantidade de Atividades dos Exércitos Norte e Centro-americanos no Brasil com o EB



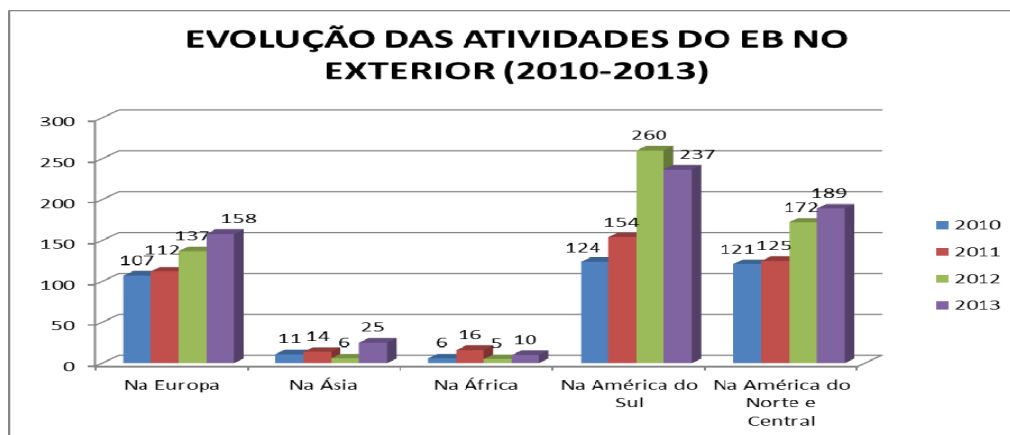
Fonte: o autor

Visitas e intercâmbios são as atividades que militares do Exército dos EUA e Canadá buscam realizar com o EB, já os guatemaltecos vêm ao Brasil para a realização de cursos e estágios no EB, na sua maioria.

Esta primeira série de gráficos permite uma visualização quantitativa, dentro de cada continente, das atividades do EB com os exércitos das principais nações amigas.

A próxima série gráfica permite uma visualização da evolução do relacionamento do EB com os exércitos das nações amigas aglutinados nos seus respectivos continentes:

Gráfico Nr 12 – Evolução das Atividades do EB no Exterior

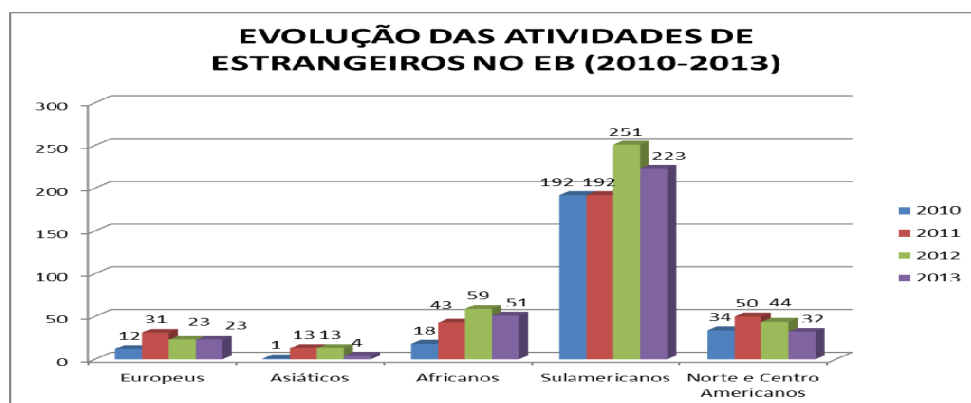


Fonte: o autor

Quantitativamente, observa-se que o EB tem buscado um maior relacionamento com os exércitos dos países da América do Sul; seguido da América do Norte, notadamente os EUA; depois Europa, Ásia e África.

Já a procura das nações amigas pelo EB pode ser visualizada a seguir:

Gráfico Nr 13 – Evolução das Atividades de Estrangeiros no EB

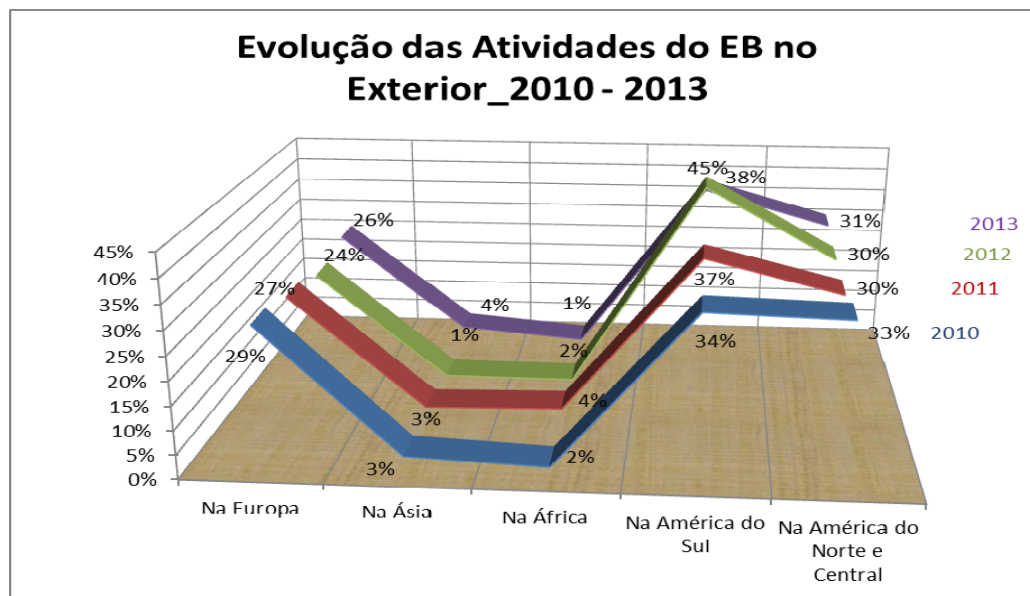


Fonte: o autor

Militares dos exércitos sul-americanos têm procurado o EB, seguidos dos norte-americanos, principalmente EUA e Canadá, pelos africanos, europeus e asiáticos.

Para oferecer uma visão mais atraente, coloca-se a seguir os mesmos dados dos dois últimos gráficos em porcentagem:

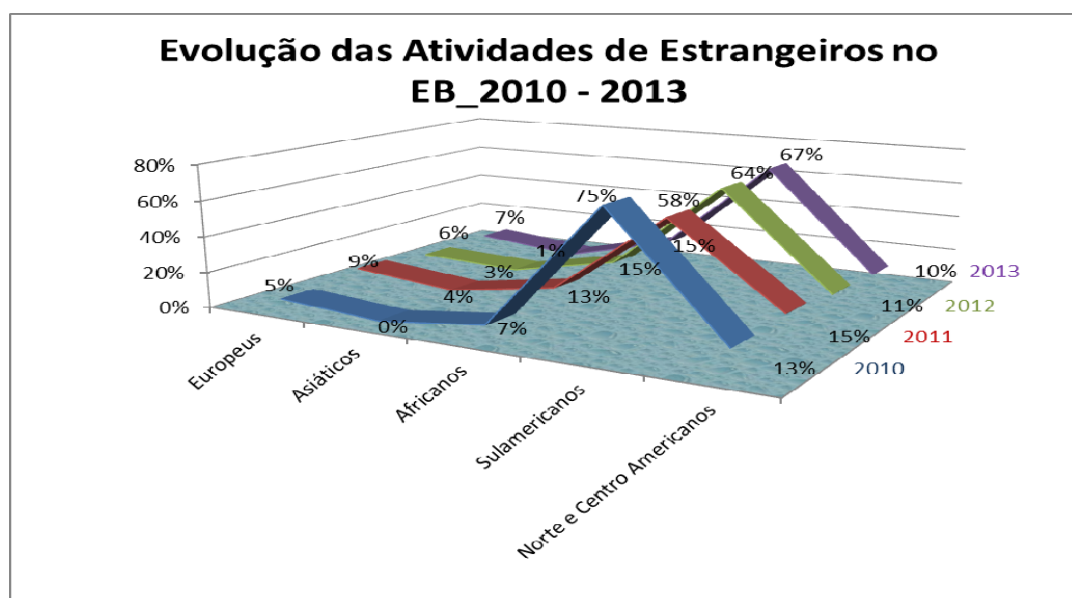
Gráfico Nr 14 – Evolução Percentual das Atividades do EB no Exterior



Fonte: o autor

Esta visão dá a perfeita noção do relacionamento do EB com as nações amigas quando vai ao exterior realizar alguma atividade, ficando evidente o maior relacionamento com a América do Sul e com os EUA e a fraca procura do EB com os países africanos e asiáticos.

Gráfico Nr 15 – Evolução Percentual das Atividades de Estrangeiros no EB



Fonte: o autor

Este gráfico oferece a visão do quanto os exércitos sul-americanos e os africanos vêm buscando o EB para a realização de atividades diversas, principalmente nas áreas ligadas ao aprimoramento profissional.



## 4 CONCLUSÃO

A sistemática da política do EB na área internacional busca o encontro de instrumentos legais que auxiliam a identificação da orientação geral da PEB vigente em cada governo.

Por intermédio da DAEBAI, o EB procura atingir objetivos que vão ao encontro da PEB no período considerado, sem deixar de atender aos seus planejamentos estratégicos de médio e longo prazo, que independem do mandatário vigente devido ao fato de ser uma Instituição que serve ao Estado Brasileiro.

Assim sendo, em certas ocasiões em que o governo vigente adota uma política externa muito diferente da preconizada nos marcos legais já citados, o EB tende a seguir as orientações e prioridades estabelecidas na DAEBAI.

Assim ocorreu, por exemplo, por ocasião da aproximação do governo Lula com o Irã que, embora, seja considerada uma Nação Amiga, não houve um incremento de atividades do EB com as Forças Armadas daquela nação.

Assim vem ocorrendo no atual governo, que vem atuando com maior intensidade nos problemas internos da nação em detrimento de uma maior atuação na área internacional; enquanto o EB, por sua vez, vem incrementando cada vez mais sua presença e participação nas atividades com outros exércitos face ao aumento da demanda e da procura desses países junto à Força Terrestre devido à proporção que o Brasil vem assumindo, particularmente, na área econômica.

As Missões de Paz em que o EB vem atuando ao longo de décadas, sob a égide e a solicitação de Organismos Internacionais como a ONU e a OEA, conforme demonstrado graficamente, são um exemplo claro do incremento dessa demanda perante a comunidade internacional.

A quantidade de atividades desenvolvidas pelo EB com as mais diversas Nações, conforme demonstrado nos gráficos acima, denota a capacidade de atuação da Instituição na área internacional, auxiliando o aumento do protagonismo internacional almejado pela PEB nos últimos anos.

A distribuição destas atividades, procurando um maior relacionamento com a América do Sul, demonstra a congruência do EB com as diretivas da PEB.

O EB carece ainda de aumentar as atividades com o entorno estratégico, África litorânea e CPLP, área geográfica priorizada pelas diretrizes da PEB em que o EB necessita aumentar o seu relacionamento, sobretudo oferecendo melhores condições para que os exércitos desses países venham ao Brasil e busquem o EB para troca de experiências, capacitações e aprimoramento profissional.

Estes países necessitam que o EB disponibilize, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao PNUD, passagens aéreas e o pagamento de diárias aos militares a serem enviados ao Brasil, devido, principalmente, aos baixos salários pagos por esses exércitos e, em contrapartida, o alto custo de vida que estes militares enfrentarão vindo ao Brasil, quando comparado ao custo de vida em seus países de origem.

Em relação aos EUA, o EB continua a enviar militares àquela nação amiga tendo em vista o papel hegemônico que o Exército Norte-americano exerce perante o mundo, sua capacidade de atuação, seu desenvolvimento tecnológico e doutrinário e, ainda, os laços históricos que unem o EB àquele Exército.

O arco de conhecimento que representa os países europeus também serve de atrativo para o EB continuar enviando militares àquela região, embora em menor número que aos EUA, com a finalidade de manter os laços de amizade, buscar novas soluções doutrinárias e inovações tecnológicas.

Da análise do trabalho ora desenvolvido, depreende-se, por fim, que o Exército Brasileiro utiliza parcela dos seus recursos financeiros e humanos para a atuação na área internacional, como forma de contribuir para a consecução dos objetivos alinhados na PEB.

Fica evidente que as ações do EB na área internacional ocorrem de forma paralela às ações diplomáticas do MRE, na maioria das vezes, reforçando-as, sendo que se visualiza uma maior necessidade de entrosamento entre as Forças Armadas, ou seja, Ministério da Defesa, e a área diplomática (MRE), a fim de que se assegure o cumprimento da PEB.

#### 4 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Economia política e política externa do governo Lula**. Revista Plenarium, ano II, n. 2, 2005, p. 84-93.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.

CF. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 1º de outubro de 2013.

COUTO, Cláudio. **A Política Externa do Governo Dilma**. Disponível em <http://cepesp.wordpress.com/2013/05/16/analisea-politica-externa-do-governo-dilma-da-politica-externa-de-dilma/>. Acesso em 3 de outubro de 2013.

COUTO, Leandro Freitas. **Política externa brasileira para a América do Sul As diferenças entre Cardoso e Lula**. Revista Civitas. Porto Alegre, vol. 10, nº 01, p. 23-44, jan-abr, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/5160>. Acesso em 19 Ago 13.

DAEBAL. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Disponível em [www.exercito.em.mil.br](http://www.exercito.em.mil.br), no link outras informações. Acesso em 29 de outubro de 2013.

EME. **Estado-Maior do Exército**. Disponível em <http://www.eme.eb.mil.br/>. Acesso em 5 de outubro de 2013.

END. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf). Acesso em 2 de outubro de 2013.

FERES, Paulo Fernando Dias. **Os bicomcombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com a Alemanha**. Brasília, FUNAG, 2010.

HURRELL, Andrew. **Brazil: what kind of rising state? In Alan S Alexandroff and Andrew F Cooper (eds) Rising states, rising institutions: challenges for global governance**. Washington, Brookings Institution Press, 2010.

MD. **Organograma do Ministério da Defesa**. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estrutura/organograma.pdf>. Acesso em 3 de outubro de 2013

NETO, Danilo Marcondes de Souza. **A Política Externa Brasileira nos Oito Anos do Governo Lula: Legados e Lições para a Inserção do Brasil no Mundo**. Disponível em

OJEDA, Igor. **Diplomacia brasileira sob Dilma e Patriota muda de estilo, mas mantém essência**. Revista Ópera Mundi. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/26165/diplomacia+brasileir>

a+sob+dilma+e+patriota+muda+de+estilo+mas+mantem+essencia.shtml%20.  
Acesso em 2 de outubro de 2013.

PDN. **Política de Defesa Nacional.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em 2 de outubro de 2013.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em <http://www.pnud.org.br/Equipe.aspx>. Acesso em 5 de outubro de 2013.

ROSSI, Amanda. **Estadão Internacional.** Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-5-anos-brasil--gasta-r-66-bilhoes--em-cooperacao--,1060682,0.htm>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. **Liderazgo regional em América del Sur: El papel de Brasil.** Foreign Affairs en Español, octubre-diciembre 2007, p. 38-43.

SOARES DE LIMA, Maria Regina & HIRST, Monica. **Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities.** International Affairs, v. 82, n. 1, 2006, p. 21-47.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação.** Revista Contexto Internacional, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **A Política Externa Brasileira na Era FHC: Um Exercício de Autonomia pela Integração.** Revista Tempo Social, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Volume 15, n. 2, 2004.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de e CINTRA Rodrigo. **Política Externa Brasileira no Período FHC: A Busca de Autonomia pela Integração.** Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200003&script=sci_arttext). Acesso em 18 Set 13.